ISSN: 2358-8829

GESTÃO ESCOLAR E ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CONTEXTO PERIFÉRICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM SÃO LUÍS/MARANHÃO

Luíza Teixeira Mota Telles [1]
Ana Paula Costa de Souza [2]

INTRODUÇÃO

As questões socioambientais contemporâneas exigem respostas que ultrapassem iniciativas isoladas e envolvam mudanças nos modos de produzir, consumir, ocupar os espaços e compartilhar responsabilidades. Nesse cenário, a escola pública tem potencial para promover aprendizagens relacionadas ao ambiente e à cidadania, não apenas por meio dos conteúdos curriculares, mas também pela maneira como organiza seus espaços, utiliza recursos, estabelece parcerias e dialoga com a comunidade.

A Educação Ambiental, instituída como componente essencial e permanente da educação nacional pela Lei nº 9.795/1999, deve estar presente de forma articulada nos processos educativos. A Base Nacional Comum Curricular também orienta o tratamento transversal de questões contemporâneas, entre elas a educação ambiental, em conexão com a formação integral dos estudantes (BRASIL, 1999; BRASIL, 2017). Essas orientações apontam para uma abordagem que não se limita à transmissão de informações, mas favorece reflexão crítica, participação e envolvimento com problemas concretos.

A sustentabilidade no ambiente escolar, portanto, não se restringe à separação de resíduos ou a campanhas pontuais. Ela também envolve decisões de gestão, manutenção da infraestrutura, uso consciente de água e energia, cuidado com áreas verdes, participação das famílias e construção de parcerias com organizações e lideranças locais. Gadotti (2008) destaca a importância de incorporar a sustentabilidade à cultura institucional, enquanto Jacobi (2003) relaciona a educação ambiental à cidadania e à

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

participação social. Loureiro (2015), por sua vez, enfatiza a dimensão crítica e transformadora da educação ambiental.

Em contextos periféricos, a articulação entre escola e território pode contribuir para reconhecer conhecimentos, demandas, recursos e iniciativas já existentes na comunidade. Essa relação exige que o território não seja visto apenas como cenário das atividades escolares, mas como espaço social e educativo, atravessado por vínculos, desafios e possibilidades de ação coletiva.

É nesse contexto que se situa a Unidade de Educação Básica Pedro Marcosini Bertol, em São Luís/MA, que registra iniciativas relacionadas ao Projeto Escola Sustentável e experiências de aproximação com atores comunitários. Entre elas estão o diálogo com a União dos Moradores da Vila Jaracaty, a realização de bazar solidário para arrecadação de recursos destinados a melhorias escolares, medidas de economia de água e energia e a articulação com a Associação de Surf e Bodyboard da Praia do Olho d'Água (ASBOA), em atividades ligadas à educação ambiental.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a gestão escolar pode articular práticas sustentáveis e relações com o território para fortalecer a participação comunitária e a formação socioambiental dos estudantes em uma escola pública periférica de São Luís/MA? O objetivo geral é analisar experiências e iniciativas de sustentabilidade da escola, com atenção às formas de articulação territorial, às possibilidades pedagógicas e aos desafios para sua continuidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação ambiental crítica e sustentabilidade na escola

A Educação Ambiental envolve a compreensão das relações entre sociedade e natureza, incluindo as dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais dos problemas ambientais. Carvalho (2012) argumenta que a formação do sujeito ecológico se relaciona à construção de valores e modos de agir comprometidos com o cuidado ambiental. Nessa perspectiva, o trabalho educativo precisa favorecer a leitura crítica da realidade e a participação dos sujeitos na busca de alternativas.

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

A abordagem crítica defendida por Loureiro (2015) distancia-se de ações exclusivamente informativas ou moralizantes. Em vez de atribuir a responsabilidade ambiental apenas a comportamentos individuais, procura compreender os fatores coletivos e estruturais que produzem problemas socioambientais e estimular a participação na transformação da realidade. Assim, atividades escolares de limpeza, reaproveitamento de materiais ou economia de recursos ganham maior significado quando relacionadas a debates sobre consumo, descarte, políticas públicas, responsabilidades compartilhadas e condições do território.

A escola sustentável é aquela que procura integrar currículo, gestão, espaços físicos e participação comunitária. Gadotti (2008) compreende a sustentabilidade como princípio educativo que deve atravessar a organização institucional. A coerência entre o que se ensina e o que se pratica é relevante: cuidar da água, reduzir desperdícios, reaproveitar materiais e preservar espaços comuns tornam-se experiências de aprendizagem quando acompanhadas de reflexão, planejamento e participação.

2.2 Gestão escolar democrática e articulação com o território

A gestão escolar não se limita a procedimentos administrativos. Ela envolve a definição de prioridades, a mobilização de pessoas, a organização dos recursos e a criação de condições para que a comunidade participe da vida escolar. Quando a sustentabilidade é incorporada à gestão, as decisões sobre infraestrutura, parcerias e práticas pedagógicas podem ser tratadas como parte de um projeto coletivo, e não como ações desconectadas.

A articulação com o território amplia as possibilidades educativas ao aproximar a escola de associações, lideranças comunitárias, serviços públicos, organizações sociais e espaços coletivos. Essa aproximação pode favorecer o reconhecimento de problemas ambientais locais, a construção de respostas colaborativas e o sentimento de pertencimento dos estudantes. Entretanto, parceria não significa transferir a terceiros as responsabilidades do poder público: sua contribuição deve complementar o compromisso institucional com condições adequadas de ensino e aprendizagem.

Jacobi (2003) associa a educação ambiental, a cidadania e a sustentabilidade à participação social. Desse modo, o diálogo com organizações comunitárias pode criar oportunidades para que os estudantes compreendam o ambiente como bem comum e

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

percebam que a transformação depende tanto de atitudes cotidianas quanto de organização coletiva. A continuidade das iniciativas, contudo, requer responsabilidades definidas, registros, acompanhamento e avaliação.

2.3 Práticas sustentáveis como experiências pedagógicas

Práticas como separação de resíduos, economia de água e energia, hortas escolares, plantio de mudas e revitalização de espaços podem aproximar os conteúdos curriculares da realidade dos estudantes. Capra (2006) destaca a importância de compreender os sistemas vivos por meio das relações e interdependências que os constituem. Em uma horta, por exemplo, os estudantes podem observar o solo, a água, o desenvolvimento das plantas, os ciclos naturais e o cuidado coletivo, relacionando essas experiências a conhecimentos de Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e outros componentes.

O potencial pedagógico dessas práticas depende de sua intencionalidade. É necessário que sejam planejadas, acompanhadas por educadores e relacionadas a objetivos de aprendizagem, evitando que se reduzam a eventos esporádicos ou a tarefas sem reflexão. A participação estudantil deve considerar a faixa etária, as condições de segurança e a inclusão, garantindo que diferentes estudantes possam contribuir e aprender.

3. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, organizada como estudo de caso da Unidade de Educação Básica Pedro Marcosini Bertol, situada em São Luís/MA. A escolha do caso decorre da existência de iniciativas institucionais voltadas à sustentabilidade e de experiências de aproximação com atores do território.

O corpus documental utilizado para esta versão é composto pelo documento institucional “Projeto de Práticas Sustentáveis na Escola: Cuidando de Nosso Planeta” e pelo resumo de trabalho anterior referente à parceria com a ASBOA. Esses materiais descrevem ações, objetivos e iniciativas vinculadas à gestão socioambiental da escola. A análise foi organizada por eixos temáticos: (a) articulação comunitária; (b) uso responsável de recursos; (c) gestão de resíduos e reaproveitamento; (d) revitalização dos espaços e hortas; e (e) parcerias e educação ambiental no território.

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A aproximação com a comunidade como dimensão da gestão

Os documentos institucionais registram a realização de uma reunião com representantes da União dos Moradores da Vila Jaracaty. O encontro teve como finalidade apresentar a participação da escola no Programa Escola Sustentável, dialogar sobre demandas socioambientais do entorno e discutir possibilidades de cooperação. Essa iniciativa representa um movimento de aproximação entre gestão escolar e comunidade, reconhecendo que questões ambientais e de cuidado com os espaços coletivos ultrapassam os limites físicos da escola.

A relação com lideranças comunitárias pode contribuir para que as ações escolares sejam construídas a partir de necessidades concretas do território. Para isso, é importante que o diálogo inicial se transforme em rotina de comunicação, definição de responsabilidades e acompanhamento das propostas. A existência de uma reunião, por si só, não comprova a consolidação de uma parceria permanente; ela constitui, contudo, um passo institucional relevante para criar canais de participação.

Outro registro é a realização de um bazar solidário, organizado com doações de roupas, calçados e outros itens de funcionários e familiares dos estudantes. Segundo o documento institucional, a ação arrecadou R$ 1.016,00, com a comercialização de aproximadamente 90% dos itens disponíveis, e contou com a participação voluntária de um responsável por estudante. Além de gerar recursos para pequenos reparos e melhorias na infraestrutura, a iniciativa promoveu a reutilização de bens e mobilizou vínculos de solidariedade.

A experiência permite discutir uma dimensão social da sustentabilidade: prolongar a vida útil de objetos e mobilizar recursos comunitários pode combinar consumo consciente e cooperação. Ao mesmo tempo, a arrecadação comunitária não deve substituir a responsabilidade do poder público pela manutenção adequada da escola. A gestão pode reconhecer o valor da mobilização sem naturalizar a insuficiência de recursos institucionais.

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

4.2 Uso responsável da água e da energia

O projeto institucional registra medidas de sensibilização para o uso consciente da água e da energia elétrica, incluindo sinalizações em banheiros, salas e outros ambientes, com orientações para apagar luzes ao sair e fechar torneiras após o uso. Também foi registrada a substituição de torneiras que apresentavam vazamentos. O documento informa que, em 2025, houve cerca de cinco cancelamentos de aulas por falta de água, dado apresentado como parte do contexto de melhoria da rotina escolar.

Essas medidas combinam orientação educativa e intervenção na infraestrutura. A combinação é importante porque a redução do desperdício depende tanto da formação de hábitos quanto da correção de problemas materiais. As sinalizações podem apoiar a construção de uma cultura de cuidado, enquanto a manutenção das torneiras atua diretamente sobre vazamentos. O dado sobre cancelamentos de aulas deve ser interpretado com cautela: isoladamente, não permite atribuir a redução exclusivamente às ações descritas, mas evidencia a relevância do abastecimento de água para a continuidade das atividades escolares.

Como possibilidade de aprimoramento, a escola pode manter registros periódicos de vazamentos, consumo quando houver acesso aos dados, interrupções no abastecimento e ações de manutenção. A participação dos estudantes na observação de situações de desperdício, com mediação docente, pode aproximar a gestão cotidiana dos objetivos pedagógicos de educação ambiental.

4.3 Gestão de resíduos e reaproveitamento de materiais

A separação de resíduos e a sensibilização sobre descarte adequado aparecem como eixos do Projeto Escola Sustentável. O documento apresenta propostas de atividades externas orientadas em espaços do entorno, como a praça e a quadra da comunidade, com participação dos estudantes em ações de cuidado e recolhimento de resíduos sob supervisão de profissionais da escola. Como essas ações são descritas no documento como propostas, sua execução e seus resultados precisam ser confirmados antes de serem apresentados como atividades concluídas.

A parceria com a ASBOA amplia essa discussão ao relacionar educação ambiental, esporte e território costeiro. O resumo anterior sobre a experiência informa a realização de atividades de sensibilização ambiental, mobilização de estudantes para

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

coleta de resíduos e oficinas de construção de pranchas de surf com garrafas PET recolhidas durante as atividades. Também registra uma atividade pedagógica na Praia do Olho d'Água, na qual os estudantes utilizaram as pranchas produzidas.

A experiência descrita articula o debate ambiental a uma vivência concreta e contextualizada. O reaproveitamento de materiais permite problematizar a geração de resíduos e o consumo, enquanto a relação com a praia aproxima a aprendizagem de um ambiente significativo para a cidade. Para aprofundar o caráter crítico, essas atividades podem incluir discussões sobre a origem dos resíduos, a responsabilidade de consumidores e produtores, os serviços de coleta e as políticas de proteção ambiental.

4.4 Hortas escolares e revitalização de espaços

O Projeto Escola Sustentável também contempla a implantação de hortas, o reaproveitamento de materiais e a revitalização de um espaço anteriormente pouco utilizado, com a proposta de criar uma praça pedagógica para leitura e aulas ao ar livre. O planejamento inclui o cultivo de plantas, inclusive medicinais, e o plantio de árvores para ampliar o sombreamento e melhorar as condições ambientais do espaço.

Essas iniciativas apresentam potencial para integrar aprendizagem, cuidado e uso educativo dos ambientes escolares. A horta pode apoiar atividades interdisciplinares e desenvolver responsabilidade compartilhada; a praça pedagógica pode ampliar as possibilidades de leitura, observação e convivência. Entretanto, o documento descreve parte dessas ações como planejamento, razão pela qual a versão final do artigo deve atualizar o estágio de execução, especificando o que já foi implantado, o que está em andamento e o que permanece previsto.

A sustentabilidade de tais espaços depende de planejamento de manutenção, disponibilidade de água, seleção adequada de espécies, segurança, acessibilidade e divisão clara de responsabilidades. A participação dos estudantes deve ser educativa e compatível com sua idade, sem substituir atribuições de manutenção que cabem à instituição e ao poder público.

4.5 Parcerias territoriais e formação socioambiental

A parceria com a Associação de Surf e Bodyboard da Praia do Olho d'Água (ASBOA), descrita nos registros da escola e no resumo anterior, constitui um exemplo

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

de articulação entre instituição escolar e organização da sociedade civil. As atividades mencionadas aproximam os estudantes de questões ambientais presentes no território, ao mesmo tempo que associam reaproveitamento de materiais, esporte e experiências educativas fora da sala de aula.

A análise sugere que o principal potencial dessas parcerias está na ampliação das oportunidades de aprendizagem e na construção de vínculos entre currículo e realidade local. A gestão escolar atua como articuladora ao estabelecer diálogo com parceiros, integrar as ações ao planejamento pedagógico, garantir condições de participação e registrar os processos. Para que a colaboração não dependa apenas de iniciativas individuais, recomenda-se formalizar objetivos, responsabilidades, periodicidade e formas de avaliação.

Em conjunto, as experiências documentadas apontam para uma compreensão ampla da sustentabilidade escolar, que inclui dimensões ambientais, pedagógicas, sociais e administrativas. A articulação com o território pode fortalecer o sentido público da escola e estimular a corresponsabilidade, desde que acompanhada de continuidade institucional, participação democrática e avaliação baseada em evidências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar de que maneira a gestão escolar pode articular práticas sustentáveis e relações com o território em uma escola pública periférica de São Luís/MA. A sistematização documental da experiência da UEB Pedro Marcosini Bertol permitiu identificar iniciativas relacionadas ao diálogo com a comunidade, à mobilização solidária, ao uso responsável de água e energia, à educação ambiental, ao reaproveitamento de resíduos e à parceria com a ASBOA.

Os registros indicam que a sustentabilidade pode ser incorporada à gestão escolar por meio de decisões administrativas e pedagógicas que conectam o cotidiano da instituição a questões socioambientais do território. A reunião com a União dos Moradores da Vila Jaracaty e o bazar solidário evidenciam formas de mobilização comunitária; as medidas de manutenção e sensibilização sobre água e energia mostram a importância de associar educação e infraestrutura; e a experiência com a ASBOA exemplifica a possibilidade de desenvolver aprendizagens

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. Educação para a sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189–205, mar. 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. São Paulo: Cortez, 2015.

UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEDRO MARCOSINI BERTOL. Projeto de práticas sustentáveis na escola: cuidando de nosso planeta. São Luís, MA: documento institucional, 2026. Documento não publicado.

TELLES, Luíza Teixeira Mota; SOUZA, Ana Paula Costa de. Gestão escolar, território e sustentabilidade: a parceria com a Associação Surf e Bodyboard da Praia do Olho d'Água (ASBOA) na construção da consciência ambiental. Resumo submetido a evento científico, 2026. Documento não publicado.

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br